

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO DIA 07/07/22

A reunião é iniciada às 20h, com 27 conselheiros presentes. Grace Burchardt, Presidente do Conselho, inicia a reunião dizendo que na reunião de 30 de junho passado se deliberou por votação uma moção, na qual mantem-se o Conselho permanentemente reunido para apreciar situação da sede própria e nova previsão orçamentária da obra até sua conclusão. Ficando o reinício da obra condicionada a esse procedimento e devidas aprovações, através também de convocação de nova Assembleia. Não foi possível enviar a ata da reunião, devido ao curto espaço de tempo entre uma e outra reunião. Lores Meller faz um resumo, enquanto representante da Comissão da sede própria, sobre a situação exposta na reunião anterior. Obra paralisada desde outubro de 2021, 45% da construção está realizada, o que equivale a 712 Cubs, sendo assim faltam 1040 Cubs para finalizar a obra, foram projetados 1752 Cubs, faltando 1040 Cubs. Em termos de reais: inicialmente R\$2.990.000,00. Foi construído R\$ 1.422.0000,00, faltando R\$ 2.331.000,00 em valores atuais, sendo que a Unicred concedeu 2 milhões e destes já foram gastos 600 mil, temos R\$ 1.406.000,00, faltando R\$825.000,00. Diz que foi solicitado à comissão que trouxesse números para se encontrar uma solução. Considera que este seja um problema de todos. Em caixa temos 1 milhão e 406 mil reais. A construtora fecha a obra em seis meses, se tivermos o valor total da obra em caixa. Inicialmente se pensou que esse dinheiro seria buscado na Unicred, porém com a explosão dos juros; o que foi aprovado em Assembleia, ou seja, 0,69% de juros/mês mais CDI; o CDI explodiu mais a Selic; com a inflação o Cub também aumentou 34%. O valor faltante, na opinião da Comissão, teria que ser buscado dentro do CEP. As outras instituições de crédito fecham as portas por sermos uma instituição sem fins lucrativos. Luiza Serafini questiona quais as ideias e propostas para que este dinheiro seja buscado dentro do CEP. Lores Meller responde a Luiza dizendo que abriremos a discussão de como conseguir esse dinheiro na reunião de hoje. Pontua que esses valores de Cub são dados pela construtora e atualizados até o final de junho. Reitera que a obra não é preço fechado e que a construtora recebe em percentual. Giovana Borges retoma que na última reunião foi colocado que faltariam 900 mil reais e que móveis e mudança não estariam contemplados neste valor. Questiona quais são as despesas do CEP, qual a receita que o CEP dispõe para investir atualmente. Lores Meller responde que os custos da mudança não estão dentro dos 825 mil reais e que teremos custos a mais com a mudança e móveis. Diz que é uma obra clean, mas que certamente irá precisar de alguns investimentos. Considera bom isso ter sido levantado, mas a preocupação imediata é dar sequencia a obra o mais rápido possível, porque estamos pagando juros. Afirma que teremos que ter criatividade para ver como enfrentar a situação da mudança e mobiliário, quando a obra estiver pronta. Giovana Borges diz que gostaria de ter essa visão mais clara, pois certamente vai passar de 1 milhão. Então não podemos seguir sem saber dos recursos do CEP hoje, ou seja, qual a nossa real situação, qual a gordura, se temos gordura. Lores Meller diz pensar que o empréstimo teria que ser numa conta em separada, que não fique condicionado ao fluxo de caixa do CEP, isso é o que ele propõe. Diz ainda que há 325 membros na instituição, e que soube, mas talvez Fernando e Francischelli possam complementar, pois esse não é assunto da Comissão, mas soube que entra, que a receita do CEP é R\$ 116 mil reais por mês. Como isso é consumido diz não saber, pois não faz parte da tesouraria. Giovana Borges considera importante que saibamos se temos gordura, que já foi tesoureira e que essa é uma conta simples. Fernando Kunzler aponta que a média de receita até maio era essa que o Lores passou, ou seja, de R\$116.000,00; a partir de junho passamos a R\$ 140.000,00, com o aumento das mensalidades; gastamos em torno de R\$125.000,00. Nossas reservas foram na obra. Nosso colchão somos nós. Está sobrando em torno de R\$15.000,00 por mês. Importante que saibam que começamos a pagar os juros e que para cada milhão paga-se R\$ 15.000,00, ou seja, a partir do segundo milhão

vamos pagar R\$30.000,00 de juros. Quando pudermos ir para a casa, deixaremos de pagar R\$ 26.00000 de aluguel. Os R\$ 42.000,00 de prestação, terão o aporte desses R\$ 26.00,00 de aluguel. A partir do sexto mês pagaremos R\$67 mil, R\$42 mil de prestação, mais R\$ 26 mil de aluguel. Patrícia Scalco manifesta sua preocupação sobre a capacidade do CEP de pagar isso. Diz que as médias dependem dos meses, que é volátil. E propõe que pensemos se estes custos caberão no nosso orçamento. Patrícia Scalco diz se referir as diferenças que há entre entradas e saídas, pois há meses que sobra pouco. Entende que a entrada aumentou com o presencial, mas que também há mais gastos. Fernando Kunzler diz para não esquecermos que a clínica presencial trouxe mais dinheiro e que estão trabalhando para que entre mais. Acrescenta que foi aplicado em Caxias R\$22.000 de seguro fiança para resolver o problema da fiança. Giovana Borges comenta que é bom dizer que foi uma solução desta Diretoria profissionalizar a fiança. Fernando Kunzler afirma que o CEP consegue bancar, de acordo com as entradas. Rodrigo Boettcher diz que uma coisa são as contas do CEP, que estão sendo pagas. Quanto a Caxias, o Icatu é um título de capitalização que pode ser resgatado. Quem sabe se a gente pensasse em uma chamada extra, R\$3 mil reais por pessoa como contribuição, parcelado, para terminarmos a obra. Grace B pontua que há uma proposta do conselheiro Rodrigo Boettcher e que a Comissão pode apresentar sua proposta também. Lea Thormann diz ficar preocupada com os números e considera que não dá para dissociar a obra das entradas e saídas da instituição. Afirma que estas, entradas e saídas, lhe parecem muito justas e que é muito preocupante não haver um provisionamento para tal. Lembra que sempre há imprevistos. E refere que o que foi aprovado em Assembleia para a casa própria, suas bases, mudaram, ou seja, há necessidade de comunicação para toda comunidade cepiana, para que depois as propostas possam surgir. Acha inadequada uma cobrança que seja compulsória, como chamada extra. Leonardo Francischelli lembra da época que compraram o terreno. Diz sempre ter defendido uma ideia que recebeu dos avós imigrantes, a de que eles seriam brasileiros somente quando de posse de uma casa própria, como um título de cidadania. Portanto, a casa própria do CEP seria como um título de cidadania. Afirma que gostaria de passar uma ideia para todos de que a preocupação com a solvência é importante, por outro lado o banco fez uma auditoria grande no CEP e foi constatada a capacidade. Lembra que ele assinou como avalista e que nesses 40 anos, o CEP sempre honrou com os compromissos, as vezes com mais dificuldade. No momento que tivermos a casa própria teremos um circuito de economia pontuando também a potência da instituição com mais membros pagantes. Aponta a importância das propostas de Rodrigo, Lea e Giovana. Mas reitera que as nossas potencialidades podem nos tranquilizar para seguirmos em frente, pois são somente 7 meses que precisamos mais. Com a casa pronta tudo fica mais tranquilo e tudo vai se acomodar. Rodrigo Boettcher acredita que as colocações de Lea, Patrícia e Giovana são importantes, mas acha que o Conselho precisa liberar a obra. Considera o aumento da receita a partir da entrada de novos membros. Quanto a sua proposta, diz que a contribuição será proporcional para cada categoria. E lembra que o CEP ficou três anos sem reajustar, tivemos uma pandemia e o CEP segue. Afirma que o Conselho precisa liberar da obra, temos que apostar no futuro, pois faz tempo que não conversamos sobre a Escola, a Clínica, a Biblioteca, Jornada. Pergunta se os conselheiros sabem que temos uma sede em Caxias que dá lucro. Luiza Serafini diz achar bonito o que Leonardo Francischelli diz, mas considera que o momento não é de romantismo e sim termos dados reais. Concorde com Lea e Giovana, pensa que temos que apostar no futuro, mas ao mesmo tempo temos que pensar no que passo estamos dando, pensar na realidade. Afirma, além disso, que estamos trocando o que psicanálise sempre foi, invertendo, pensando o quanto vamos ganhar ao invés de pensarmos na transmissão da psicanálise. Lores Meller diz que suas afirmações são objetivas, como coordenador da sede própria há sete anos. Agora saindo um pouco desse lugar e indo para quando compraram o

terreno e achavam que naquela época iriam construir, diz que sempre se esbarrou nisso de qual o melhor momento. Afirma que uma instituição sem lugar físico não é perene e pode desaparecer. Lembra que o Conselho está para pensar o problema, e que o problema é a obra que está parada e dessa forma podemos afundar. Diz não ter entendido a colocação de Lea de que as bases mudaram desde a Assembleia. O contrato não mudou, o que mudou foram as circunstâncias externas. Aventa que as taxas podem inclusive baixar. Uma proposta é a de Rodrigo, podem haver outras. Somos 325 membros, esse valor teria que ser alcançado, pois estamos pagando juros. Pensar em taxa de contribuição diferenciada por categoria e fazer uma espécie de contribuição mínima e eventualmente alguns contribuirão com mais, como adiantamento, que depois seria ressarcido. Giovana Borges diz que se inscreveu depois de ouvir o Rodrigo e concorda que a gente não pode perder o bebê com água do banho. Porém, diz se espantar com o apelo para que passemos adiante um problema tão sério, dizendo ser completamente contrária a essa ideia. Complementa que achar que a Unicred validou e está tudo bem, depois de tudo que enfrentamos com a própria Unicred é espantoso. Acrescenta se espantar também com a pergunta colocada, como perguntar se os conselheiros sabem que existe uma sede em Caxias. Argumenta que há pessoas presentes nesta reunião que trabalham há anos pelo CEP/ Serra, que foi viabilizado em sua gestão, sendo pensado em Conselho por pelo menos dez anos. Lea Thormann em resposta a Rodrigo B. diz que se tem uma coisa que ela não quer agora, é ter razão. O conselho não pode se liberar de pensar, pois precisamos criar formas de enfrentar isso, para mantermos a vitalidade que o CEP sempre teve. Então, é realmente uma situação que se impõe, como diz Giovana, e que temos que enfrentar aqui no Conselho. Leonardo Francischelli responde a Luiza que fala do romantismo e diz que também tem as coisas concretas, pois assinou como avalista. E assegura que há materialidade na assinatura. Luciana Firpo diz ter estado afastada do CEP por efeitos da pandemia e que só agora está conseguindo retornar. Lembra de uma conversa na qual registrou um significativo, o de que esse trauma vai custar tempo de perlaboração. Fica com a sensação que é como se estivéssemos naquele tempo antigo e pensa que talvez tenhamos tomado a decisão errada. Economia e economia psíquica estão atravessadas por esse impacto, desse traumático, a pandemia. Lhe parece que o conselho precisará convergir para depois abrirmos para o restante dos membros. Lembra de Jorge Castro, sua lembrança nos deixa muito vivos. Luiza Serafini aponta que a gente precisa ser objetivo neste momento. Gustavo Soares considera boa a lembrança do Jorge. Diz ter escutado todas as falas e recorda que em sua gestão sempre quis ter a casa própria. Questiona como poderíamos viabilizar isso, pois temos um problema muito sério. Temos 45% da obra realizada, temos empréstimo, o que vamos fazer. Vamos vender a casa ou como vamos conseguir o restante do dinheiro. Acredita que as contribuições deveriam ser espontâneas e refere que nas cooperativas há um sistema de cotas, onde cada um compra o que acha que deve comprar. Camila Camaratta fica impressionada com a ideia em como perseveraram no equívoco. Acredita que não dá para ter compromisso com equívocos. Diz que o que foi previsto até a gestão de Denise Souza saiu completamente da previsão. Propõe pensarmos sobre os efeitos colaterais destas propostas e que o valor a ser pago pode ser alto, como desvinculações da instituição. Talvez os únicos que se sentiriam coagidos a pagar, seriam os membros que possuem Unimed. Luiza Serafini, em resposta a Lores M, afirma que o CEP se sustenta há 40 anos sem casa própria. Ione Russo aponta que Luciana F falou das consequências da Covid e nesse sentido, pensa quais consequências teremos com todas as dificuldades que estamos passando. Talvez 100% de nós gostaria de ter a sede própria, entretanto quando foi autorizada a obra, existia uma expectativa e uma fala de que iríamos conseguir, de que seria fácil e se comprovou o contrário. Ouvi hoje que há dez anos se pensa na casa própria, como podemos pensar que em 7 meses estaremos com tudo resolvido. Parece muito incoerente e ainda com um dinheiro que não

temos. Falaram em chamada extra, uns dizem em 6, outros 7 e mesmo em 10 meses, temos ainda a mudança e a mobília, pensa-se em fazer nova chamada extra? Até quando vai isso? Grace B aponta que diante o exposto fica evidente que não convergência. Há preocupação com a solvência do CEP, também com a falta de provisionamento, além da preocupação com a dissociação entre obra e entradas e saídas ou receitas e despesas da instituição. De um lado há necessidade de encontrar soluções, de outro há a necessidade de perlaboração, necessidade do Conselho pensar mais. Houve dois ou três esboços de propostas, há preocupação com a inadequação de uma chamada compulsória e a necessidade de comunicar aos demais membros da instituição a situação. Diante de todo o exposto não estamos prontos ou maduros para uma solução e se todos estiverem de acordo proponho que sigamos em reunião permanente, seguindo o debate.